

**CEDI**

**Povos Indígenas no Brasil**

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 380

Data: 01.04.88

Pg.: \_\_\_\_\_

**Massacre indígena, violência urbana**

**Rio de Janeiro**

Dois episódios, aparentemente desconexos e ocorridos a milhares de distância, um no longínquo município de Benjamin Constant, Alto Solimões, outro em pleno coração do Rio de Janeiro, ligam-se estreitamente como duas faces da violência que se alastra no país e sacrifica em sua boçalidade os párias da sociedade e os que ela elimina pela mão dos "civilizadores" a trabuco e saque.

Na Central do Brasil, a polícia interna, com truculência testemunhada pelas câmeras de televisão, arrancou do teto dos vagões ferroviários cerca de 500 "surfistas", como são chamados ironicamente os caronas que, para não pagar passagem, executam diariamente verdadeiro jogo da morte. O problema, evidentemente, não é de polícia, mas de transportes; nem se resolve a socos e borrachadas, mas com medidas sociais. Viaja-se assim porque salários de fome não permitem, a milhares de pessoas, suportar os preços das passagens, apesar de serem estas subsidiadas. Temos aí, na vitrine, o "tudo pelo social" de Sarney Costa.

Mais grave é o episódio amazônico. Ao meio dia e meia, de segunda-feira passada, na área indígena de São Leopoldo, locais Capacete e Terezina, foram assassinados 11 índios tikuna e feridos outros 21, por jagunços a mando do madeireiro Oscar Castello Branco, segundo o conceito de pessoas muito informadas da região, com as quais manteve contacto este colunista.

Destaque-se, novamente, que a área em que se deu o martírio, é reconhecida oficialmente como indígena, desde 14 de abril de 1986 (Decreto nº 92.553), e foi devidamente demarcada em 1987. Trata-se, portanto, de um caso típico de invasão, seguida de massacre em que se empenharam, além de pistoleiros a soldo, moradores do município, contrariados pelo reconhecimento dos direitos dos silvícolas, dos quais a nação Tikuna, com cerca de 18.000 integrantes constitui o grupo mais numeroso.

Oscar Castello Branco, madeireiro em terras alheias, quer permanecer no local de que a lei o obriga a sair, e recusou-se a receber as indenizações que a Funai está pagando a todos que fizeram benfeitorias nas terras indígenas, antes de serem elas demarcadas. No momento, tem mais de 200 toras de madeira de lei apreendidas pela Polícia Federal, com a qual esteve envolvido, em 1985, sob acusação de manter plantações de coca. Preso, após o massacre, deverá ser logo solto por medida judiciária, além de contar com a total simpatia das autoridades locais, que se omitem, e a ineficácia dos órgãos federais, exceção feita da Polícia Federal, cujos quadros são, entretanto, insuficientes para conter a violência organizada. A tensão cresce e fatos ainda mais graves poderão, a qualquer momento, ocorrer.

Newton Rodrigues